



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

BIBLIOTECA
DIGITAL
DE PERIÓDICOS
BDP | UFPR

revistas.ufpr.br

Perspectivas da sustentabilidade: réquiem para um sonho?

Sustainability perspectives: requiem for a dream?

Dimas FLORIANI¹*

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

* E-mail de contato: floriani@ufpr.br

Artigo recebido em 16 de abril de 2025, versão final aceita em 31 de julho de 2025, publicado em 5 de dezembro de 2025.

RESUMO

O artigo compreende três seções: a primeira, é de ordem epistêmica ou metodológica e apresenta a forma de abordagem dos fenômenos complexos associados com as crises socioambientais contemporâneas, também designadas por *'polycrise'*; segue na segunda seção uma exposição sobre a avaliação que tem sido feita, pela CEPAL (2025) principalmente, sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), para os países latino-americanos e caribenhos, antecipando assim o que pode suceder até 2030, de acordo com o que foi desenhado em 2015 pela ONU, sobre o desempenho das políticas públicas e das ações dos demais atores envolvidos (privados e do terceiro setor), com indicadores promotores do desenvolvimento sustentável segundo o desenho oficial; por fim, na terceira seção, é apresentada uma outra configuração sobre estratégias de políticas da natureza em defesa da vida, ou seja, de uma perspectiva de atores subalternos organizados que vislumbram a promoção de outros mundos possíveis.

Palavras-chave: polycrise; sustentabilidade; objetivos do desenvolvimento sustentável; crise climática.

ABSTRACT

The article comprises three sections. The first is epistemological or methodological in nature and presents our approach to complex phenomena associated with contemporary socio-environmental crises, also known as *'polycrises'*. The second section offers an assessment that has been carried out, mainly by ECLAC (2025), on the Sustainable Development Goals (SDGs) for Latin American and Caribbean countries, attempting to predict what may happen by 2030, according to UN planning in 2015 on the performance of public policies and the actions of other agents involved (private and third sector) and assessing indicators that promote sustainable development, according to the official blueprint. In the third and final section, we provide another configuration for nature policy strategies in defense of life, from the perspective of organized subaltern agents who, from a critical perspective, envision a path to other possible worlds.

Keywords: polycrisis; sustainability; sustainable development goals; climate crisis.

1. Apresentação

O escritor turco Orhan Pamuk, em seu livro *Istambul*, trata de memória e cidade, em um exercício magistral de memorialismo, mesclando espaço, tempo, história e vivência sensorial e cultural sobre a metamorfose e o sentimento de melancolia transmitido pelo imaginário coletivo de seus habitantes sobre a história de Istambul.

Na seção 33 do livro (Pamuk, 2007, p. 315-330) relata que no final de sua infância descobriu que o mundo era mais confuso, inacessível e muito mais ilimitado que imaginava. Pensava que seu lugar de morada, seu bairro e até sua cidade eram o centro do mundo. Qual não foi sua surpresa ao se deparar com outros lugares de cenários diferentes que acabaram por desnudar a fragilidade do seu lugar no universo e que apontavam ao mesmo tempo para a vastidão desse mundo...

Por antonomásia, podemos dizer (quase) o mesmo quando nos referimos aos problemas ambientais: sempre será limitado tratá-los apenas desde um ou desde alguns de seus aspectos, por meio de nossas abordagens temáticas particulares, mesmo que o façamos em grupo ou de maneira multi ou inter disciplinar; e quando nos deparamos com fenômenos associados com emergência climática, negociações geopolíticas sobre mitigação dos efeitos causados pelas mudanças climáticas ou, ainda, políticas estratégicas sobre modelos de desenvolvi-

mento sustentáveis, começamos a sentir não apenas a complexidade envolvida nesses mecanismos, mas igualmente os obstáculos e limites de nossas análises e proposições, em pequena escala, para a busca de soluções de maneira convincente, consensual e resolutiva para escalas maiores.

Mas, não basta diagnosticar os atuais problemas socioambientais como complexos ou da ordem da *policrise*, ou como diz Morin, entretecidos e inseparáveis da relação cultura-natureza; apesar de que, vale dizer, seja um bom começo demarcar esse emaranhado de problemas como resultado de múltiplos fatores; isso possibilita mapear possíveis caminhos para a busca de soluções consensuadas. A busca por soluções é o grau mais sensível das negociações entre diferentes diagnósticos, o que implica confrontos de visões e atitudes, conflitos de interpretação, no dizer de Paul Ricoeur (2008), em muitos casos antagônicas¹.

Visões e atitudes dominantes derivam de agentes que implementam ações e adotam padrões tecnológicos na produção para o mercado, baseados em pautas produtivas e comerciais, ou ainda em modelos de exploração agrícola, pecuária extensiva, e extrativismo mineral e florestal, com impactos ambientais em larga escala, difíceis de reversão a curto prazo, em que pesem as inúmeras medidas de mitigação tomadas, baseadas inclusive em inovações tecnológicas ditas e consideradas como ecologicamente limpas².

¹ “[...] a interpretação é o trabalho do pensamento que consiste em decifrar o sentido oculto no sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação implicados na significação literal” (Ricoeur, 2008, p. 17).

² Em diagnóstico recente, sobre economia de transição sustentável para América Latina, a CEPAL (2023) calculou o impacto de conversão de indústrias poluidoras para economia limpa, levando em conta os chamados setores declinantes, maiores causadores de degradação ambiental (extração de petróleo bruto e gás natural; atividades de serviços de apoio à exploração de minas e pedreiras; produção de madeira e fabricação de produtos de madeira e cortiça, exceto mobiliário; fabricação de coque e produtos de refino de petróleo; fabricação de substâncias e produtos químicos; fabricação de metais básicos), pelo modelo chamado de três brechas que expressa os objetivos econômicos, sociais e ambientais por meio de taxas de crescimento. O modelo leva em conta os impactos externos dessa substituição, bem como o consequente nível de emprego. Contudo, não considera a variável política dessa mudança, ou seja, os motivos e os obstáculos que levariam, ou não, a uma tomada de decisão por parte dos policymakers na adoção de tais políticas para atenuar os impactos ambientais atualmente existentes.

Assim, o subtítulo do presente artigo, *réquiem para um sonho*, é uma alusão ao estado atual da crise da modernidade, da natureza exaurida com a consequente produção de eventos climáticos extremos, cujos reflexos afetam os laços de coesão social, em escala planetária, com um crescente estado de entropia das sociedades contemporâneas; trata-se de uma elegia que remete à uma disfunção crítica e sistêmica das condições e situações de produção e reprodução da vida no Planeta.

Produção e reprodução significam aqui a combinação entre o estado de exaustão da natureza e as formas de atuação dos seres humanos em sociedade; isto é, indaga-se se as respostas agenciadas pela organização política dos Estados, governos e agências multilaterais respondem e tratam de buscar soluções aos atuais problemas socioambientais. Os efeitos da crise climática atual se expressam por um conjunto de fenômenos telúricos extremos; alguns deles serão elencados por meio de fontes documentais que discutem sua natureza bem como suas consequências para a sociobiodiversidade planetária.

Em contraposição a essa situação limite, indagamos se alguns dos antídotos oriundos da crítica e da resistência enunciados por diferentes atores sociais, sejam os hegemônicos como os subalternos, são meras tentativas de contra-arrestar essa anomia, se são suficientes ou cabíveis para a contenção dos danos, e se essas estratégias de vida são duráveis, isto é, sustentáveis no tempo; presume-se que os sucessivos retrocessos de governos e

sociedades responsáveis pelas emissões de gases nocivos à saúde do planeta tenderão a agravar cada vez mais a atual situação crítica, além de reforçar a posição dos negacionistas e dos indiferentes aos consequentes danos.

Uma vez caracterizados esses problemas incontornáveis ou perversos (*wicked problems*) da crise ambiental há que se perguntar sobre quais tipos de agenciamentos emergem de medidas para a busca de soluções, e se os envolvidos com projetos (*stakeholders*) e tomadores de decisão estão convencidos não apenas da existência desses problemas, como da necessidade prioritária e premente de enfrentá-los. Em quais bases (científicas ou opinativas) se apoiam para diagnosticá-los? Seus prognósticos sobre como enfrentar as crises climáticas são críveis e compartilhados entre os principais responsáveis pelo aquecimento global³? Sabe-se, contudo, que os diagnósticos não são condição suficiente para que haja solução. A pergunta que permanece é sobre quais os principais fatores a serem enfrentados para a busca de solução, se é que ainda há solução!

Uma questão nada trivial, ainda, refere-se ao conjunto de medidas tomadas ou prometidas pelos agentes multilaterais, governos nacionais, empresários e terceiro setor; quer dizer, se o conjunto dessas medidas, propaladas como saneadoras de uma saída verde para o planeta, tipo ODS, Agenda 21, COPs e demais tratados, constitui condição suficiente ou não para a construção de alternativas ao modelo de produção hegemônico.

³ “Reunindo quase todos os países do mundo, as Conferências das Nações Unidas (COPs) dedicadas ao tema [combate à mudança climática] tendem a perder de vista a urgência da redução das emissões de gases de efeito estufa, concentrando muitos esforços nos antagonismos entre nações ricas e pobres. (José Eli da Veiga) tem uma sugestão diferente. Um estudo de 2024 revelou que 80% das emissões são realizadas por 57 empresas, sediadas em 34 países. Nessas circunstâncias, seria mais eficiente negociar um acordo diretamente entre esses grandes responsáveis pelo aquecimento global. Para Veiga, o acordo poderia seguir o modelo “*cap and trade*”, em que um limite de emissões seria determinado e quem não o atingisse pagaria a quem o ultrapassasse.” (Viana, Valor Econômico, Caderno Eu & p. 9). Contudo, o problema das mudanças climáticas é mais complexo do que simplesmente atribuir a um único fator econômico, embora relevante, o que envolve múltiplos outros fatores como se verá adiante.

A questão que se coloca a partir disso, é se esses agentes estão convencidos que as medidas propostas para conter o avanço desenfreado dos eventos climáticos extremos, e de outros efeitos colaterais de superexploração da natureza, constituem a única solução válida para garantir que o sistema global de produção e consumo existentes possam seguir seu rumo atual; indaga-se se bastaria para isso então, substituir a matriz energética existente por mecanismos mais amigáveis com a natureza (fontes renováveis, por exemplo), eventualmente reduzir as taxas de crescimento da economia, adotar medidas de consumo aceitáveis, mobilidade urbana baseada em transporte coletivo com usos de matrizes energéticas limpas...

A transição a formas sustentáveis de produção e consumo apoiada em protocolos chancelados pelos diversos tratados ambientais internacionais apoia-se em concepções de sustentabilidade oficiais, ao procurarem implementar medidas tecnológicas limpas, mas ainda coexistindo com o atual padrão de produção baseado em combustíveis fósseis e na superexploração dos recursos naturais; a pergunta é se a lógica atual de produção de mercadorias ditada pelo mercado poderia criar outras formas viáveis de produção e consumo, com equidade social, justiça redistributiva, sistema político democrático e pauta de costumes compatíveis com os requisitos civilizatórios contemporâneos.

Neste caso, pode-se indagar se essas medidas são apenas paliativas ao não garantir uma transição sustentável forte e duradoura; ou então, se as medi-

das de combate às práticas insustentáveis propostas por esses projetos – especialmente aqueles voltados à gestão dos recursos florestais – assumiriam uma figura de coexistência cooperativa com as experiências desenvolvidas de longa data por populações tradicionais e povos originários, rumando assim para a consolidação de territórios sustentáveis. Indicadores sócio-políticos de implantação de medidas consensuadas, neste último caso, demonstram sérias dificuldades de resolução, uma vez que a compreensão sobre o significado de sustentabilidade não é compartilhada pelos diferentes atores em presença. Não se trata de visões de mundo diferentes, apenas, mas de interesses estratégicos conflituosos e até antagonicos⁴.

Ao mesmo tempo em que se tenta encaminhar reflexões sobre as perspectivas do debate sobre sustentabilidade, pretende-se igualmente apresentar o enfoque atual sobre a metodologia que caracteriza a atual crise, como sendo uma combinação de inúmeras crises simultâneas. Além dessa caracterização das crises sobrepostas, deve-se considerar ainda um conjunto de ameaças que contribuem para colocar em risco o equilíbrio ambiental do planeta.

Assim, o texto compreende três seções: a primeira, como já mencionado, é de ordem epistêmica ou metodológica apresenta a forma de abordagem dos fenômenos complexos associados com as crises socioambientais contemporâneas, também designadas por *‘policrise’*; segue na segunda seção uma exposição sobre a avaliação que tem sido feita, pela CEPAL (2025) principalmente, sobre os

⁴As atuais disputas políticas em torno do ‘marco temporal’, sobre os territórios indígenas, atravessam a arena de conflitos entre os poderes do Estado que repercutem o que ocorre no conjunto da sociedade brasileira, o que agrava a possibilidade de consenso sobre estratégias de desenvolvimento sustentável. “O tema da demarcação como ação aliada do clima consta ainda de carta de oito organizações da Bacia Amazônica, divulgada em fevereiro [2025], com exigência de que os países coloquem demarcação ou titulação dos territórios indígenas no centro de suas políticas climáticas e nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)” (Causin, 2025, F9)

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), para os países latino-americanos e caribenhos, antecipando assim o que pode suceder até 2030, de acordo com o que foi desenhado em 2015 pela ONU, sobre o desempenho das políticas públicas e das ações dos demais atores envolvidos (privados e do terceiro setor), com indicadores promotores do desenvolvimento sustentável, segundo o desenho oficial; por fim, na terceira seção, é apresentado uma outra configuração sobre estratégias de políticas da natureza em defesa da vida, desde uma perspectiva de atores subalternos organizados que vislumbram, desde outra perspectiva, a promoção de outros mundos possíveis.

2. Pensamento complexo e policrise para diagnosticar as severas crises socioambientais

Morin e Kern (1994) definem a sobreposição de problemas contemporâneos como *policrise*⁵, uma situação em que crises interligadas e sobrepostas assumem a forma de um complexo interdependente de problemas, antagonismos, crises e processos incontroláveis que formam a crise geral do planeta (Deweik, 2022).

Por sua vez, o Instituto *Cascade* da Universidade Royal Roads em Colômbia Britânica, Canadá, problematiza assim o conceito de policrise:

O conceito de policrise destaca interconexões causais entre crises múltiplas, mas a nossa compreensão teórica da natureza dessas conexões – e, portanto,

dos mecanismos através onde as crises se espalham – permanece fraco. O conceito de policrise implica que a simultaneidade de crises não é mera coincidência. Mas a extensão e a força dos emaranhados causais entre crises permanece obscuro. No mínimo, as interações causais entre sistemas e crises são frouxas e ecléticas; no máximo, elas são tão densas e fortes que a policrise pode se tornar um auto perpetuar do sistema em si (Cascade Institute, 2024, p. 6).

Seguindo a diversos autores associados ao Instituto Cascade (2024), o termo “policrise” destaca as interações entre crises, embora não exista uma definição oficial e acordada do termo. Contudo, os seus proponentes concordam amplamente que o fenômeno da policrise tem cinco características principais, conforme consta do referido documento: 1. *Danos emergentes*: quando as crises interagem, os seus impactos são diferentes – e geralmente piores – dos impactos caso as crises fossem separadas umas das outras; 2. *Causas múltiplas*: as crises surgem de interações causais complexas que exigem respostas multifacetadas; 3. *Incerteza profunda*: as interações de crise geram mudanças que dificultam a compreensão e excedem a nossa capacidade de antecipar desenvolvimentos futuros; 4. *Contexto sistêmico*: as crises surgem em sistemas complexos e, portanto, devem ser compreendidas e abordadas através do pensamento sistêmico complexo; 5. *Novos conhecimentos e ações*: os quadros, instituições e práticas estabelecidas estão mal equipados para lidar com interações de crise; novos modos de pesquisa e prática são necessários.

⁵ “Muitas dessas crises podem ser consideradas como um conjunto policrísico em que se entrelaçam e se sobrepõem crise do desenvolvimento, crise da modernidade, crise de todas as sociedades, umas arrancadas de sua letargia, de sua autarquia, do estado estacionário, outras acelerando vertiginosamente seu movimento, arrebatadas num devir cego, movidas por uma dialética dos desenvolvimentos da tecnociência e dos desencadeamentos dos delírios humanos” (Morin & Kern, 1995, p. 94).

Além dessas características gerais da polí-
crise, o emaranhado de situações em que se pode
identificar sua manifestação atual refere-se aos se-
guintes fenômenos, de acordo ao citado documento
(Instituto Cascade, 2024): 1) mudanças climáticas
e pontos de ruptura do sistema Terra; 2) perda de
biodiversidade e colapso dos ecossistemas; 3) surtos
de doenças virais zoonóticas e, especificamente, a
pandemia de Covid-19, incluindo os seus impactos
sociais e de saúde a longo prazo; 4) o ressurgimen-
to do conflito violento, tanto internacional como
subnacional, após décadas de declínio; 5) tensões
geopolíticas associadas às rivalidades entre grandes
potências e à transição hegemônica; 6) aumento do
autoritarismo populista e declínio do apoio às insti-
tuições democráticas; 7) vulnerabilidade alimentar,
insegurança, aumentos de preços e escassez; 8)
turbulência decorrente da transição dos combustí-
veis fósseis; 9) precariedade econômica, inflação,
disparidades crescentes entre ricos e pobres e dívida
pública e privada persistente; e 10) impactos eco-
nômicos, políticos e sociais da inteligência artificial
num contexto de crescente informação/desinfor-
mação e crescentes riscos de segurança cibernética

Para representar visualmente como se entre-
laçam múltiplas crises, transcreve-se na sequência,
duas figuras para ilustrar uma lista de choques de
2022, em curto espaço de tempo, entre um e outro,
segundo Adam Tooze (2022), professor de história
na Universidade de Yale, e reproduzidas pelo Blog
de Sabina Deweik (2022) em que são retratados
os seguintes fenômenos: pandemias, secas, inun-
dações, mega tempestades, incêndios florestais,
guerra na Ucrânia, elevados preços da energia e de
alimentos...

O primeiro mapa, proposto em **1 de janeiro
de 2022**, mostra de maneira clara as interconexões
de várias crises, de acordo com a Figura 1.

A próxima figura 2, de **24 de fevereiro de
2022**, sofre sensível modificação em relação à an-
terior, quando a guerra na Ucrânia é desencadeada,
ao aumentar espetacularmente a escala de tensão e
a complexidade destas interconexões. O que antes
era um mapa relativamente legível torna-se uma
confusão emaranhada.

Os sistemas globais – das finanças à energia
– são altamente suscetíveis a um risco sistêmico.
A interconectividade desses sistemas permite que
um problema em uma parte do sistema se espalhe
rapidamente e desabilite todo o sistema. A pandemia
da covid-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia
confirmaram esses riscos. Ao perturbar os siste-
mas globais de alimentação e energia, revigorou a
aliança da OTAN, exacerbou posições ideológicas
em muitos países e continua a ameaçar o desvio de
recursos internacionais da ação climática, segundo
nos alerta Deweik (2022).

Pode-se afirmar que as crises globais são cada
vez mais frequentes, além de variáveis; suas ocor-
rências se dão em tempos cada vez menores entre
uma e outra, oscilando entre fatores emergentes
“naturais” (catástrofes, pandemias) e sociais (eco-
nômicos, políticos, tecnológicos...). A bola da vez
agora é um mix entre fenômenos econômicos pro-
vocados pelo governo Trump (tarifas comerciais),
ameaças bélicas (ameaças ao Canadá e a Groelân-
dia, ataque ao Iran) realinhamentos geopolíticos, em
torno da China, ameaças à democracia nos EUA e
expulsão de migrantes, com controle à sua entrada
nos EUA. Assim, ocorre outra desorganização de
fluxos causais, com consequências incertas sobre o
tabuleiro geopolítico e econômico em escala global,

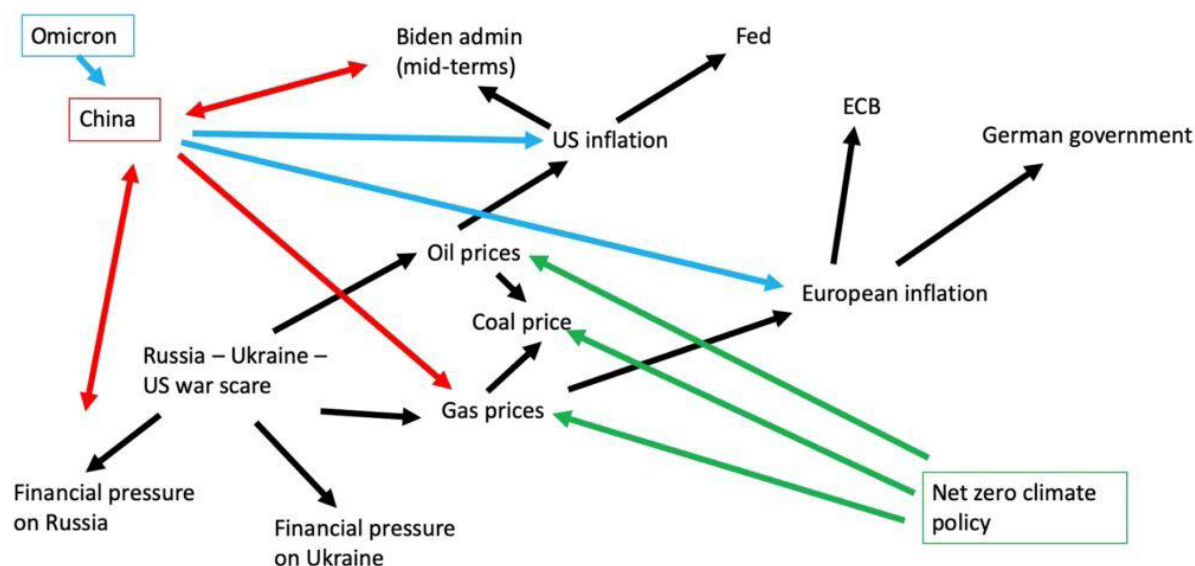


FIGURA 1 – Interconexões de várias crises em 1 de janeiro de 2022.

FONTE: Adam Tooze.(2022)

com a ascensão político-ideológica de governos neoconservadores.

Por sua vez, o *World Risk Report 2024* apresenta resultados dos riscos mundiais de diversas crises (crise hídrica global, amplificadora de múltiplas crises em todo o mundo; nexos catástrofes-conflitos; as interligações dos desastres, conflitos armados e fragilidade; os efeitos invisíveis: estresse psicossocial em tempos de múltiplas crises) bem como os

seus impactos sobre a diversidade das populações humanas e da biodiversidade atingidas por essas catástrofes.

Essa publicação, inclusive, está alinhada com a discussão teórico-metodológica da policrise acima apontada⁶. No entanto, deve-se sublinhar que as medidas propostas para debelar as crises⁷ não vão além de expectativas de difícil realização, quando não paliativas, uma vez que não levam em conta o

⁶ “Essas interações complexas ilustram que uma perspectiva unidimensional sobre crises individuais é insuficiente. As abordagens integradas são necessárias que abordem os riscos multidimensionais na sua totalidade, bem como as suas causas profundas. Isto inclui o fortalecimento dos sistemas de saúde e de educação, a promoção da resiliência através de estratégias de desenvolvimento sustentável, bem como melhorar estratégias abrangentes e sensíveis aos conflitos, medidas de redução e gestão do risco de catástrofes. Cooperação global e intercâmbio de dados são essenciais para obter uma compreensão abrangente dos riscos compostos e dos seus efeitos interativos e para desenvolver medidas eficazes” (World Risk Report 2024, 2025, p. 49). Contudo, pareceria que em termos de cooperação global estamos vivendo hoje um movimento inverso, com a ascensão de Donald Trump ao poder nos EUA.

⁷ “Fortalecer abordagens holísticas para análise de risco e gestão de crises; melhorar os sistemas de saúde e psicossociais de apoio em situações de crise; reduzir as desigualdades sociais e específicas de gênero; promover uma gestão eficaz do risco de desastres em áreas instáveis e afetadas por conflitos; promover e financiar de forma abrangente uma adaptação à mudança climática” (World Risk Report, 2024, p. 49-50, 2024).

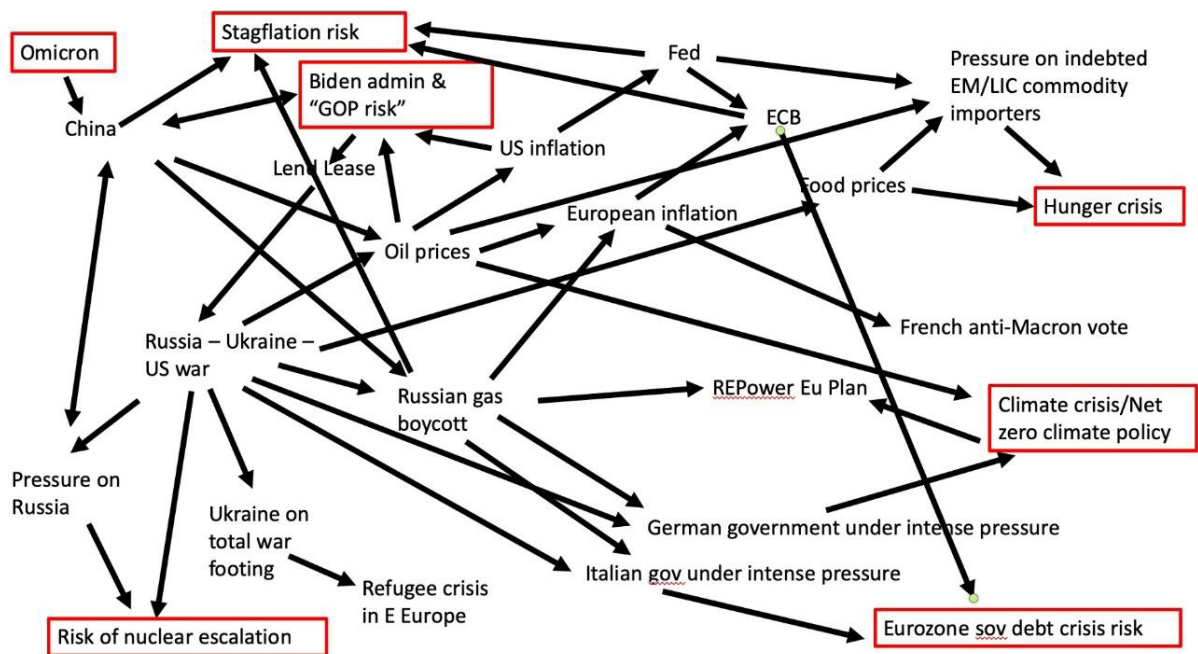


FIGURA 2 – Interconexões de várias crises em 24 de fevereiro de 2022.

FONTE: Adam Tooze (2022)

tabuleiro de conflitos sobre os quais se disputam interesses estratégicos concretos, até certo ponto inconciliáveis, tais como os da indústria petroleira e toda a cadeia produtiva dependente dessa matriz energética.

Pergunta-se, então, se não há nada a fazer diante desse quadro de incertezas, razão pela qual o pensamento complexo é muitas vezes questionado e até desacreditado, pois nos casos extremos o sistema se rege apenas pelo *Mayday*, ou seja, emergência ou então simplesmente salve-se quem puder! Nesses

casos, é como se as medidas preventivas fossem supérfluas, inócuas e dispensáveis.

Indaga-se, ainda assim, se a consciência dessas crises agudas bem como as medidas a serem tomadas pelos *policymakers* derivarão das incontornáveis dores das catástrofes climáticas ou de um consenso voluntariamente pactuado⁸.

Nenhuma dessas posições implica uma clara tomada de decisão. Os tratados internacionais sobre mudanças climáticas são um exemplo de avanços e recuos de intenções dos grandes responsáveis pelas

⁸ “Nas democracias, a maioria das “grandes” questões da vida moderna – sociais, econômicas, ambientais, tecnológicas – serão provavelmente controversas. As grandes questões são de fato muito reais – elas moldam os nossos mundos vividos. Muitas destas questões parecem confusas e intratáveis. E na maioria dos casos, não há respostas “corretas” e abrangentes. Todo mundo tem uma opinião sobre alguns aspectos do problema e sobre o que precisa ser feito” (Head, 2022, p. 1).

emissões de gases de efeito estufa, deixando a busca por soluções responsáveis longe do necessário e desejado pela humanidade. Essa ambiguidade na busca por efetivos resultados tem a ver com os custos de financiamento para reduzir os efeitos das emissões, mas também com a matriz produtiva das grandes potências que protelam a mudança em suas matrizes energéticas⁹.

Como tudo isso se situa num terreno hipotético por busca de soluções, estas parecem derivar de estratégias erráticas que sopram dos embates político-ideológicos, a exemplo do que ocorria nos períodos de crises políticas das sociedades centro-europeias, apossadas pela restauração do Antigo Regime, desde a Revolução francesa. Agora, contudo, a restauração de valores conservadores, protecionistas e xenófobos, é a expressão de uma extensa pauta de costumes patriarcais e religiosos, atualizada em guerrilhas midiáticas pelas redes sociais¹⁰.

Assistimos hoje na arena política global a um mundo cada vez mais polarizado, depois de alguma trégua no pós-guerra-fria. Enquanto aquele período se destacava pela divisão de territórios por critérios político-ideológicos, a atual disputa sobre a natureza é marcada pela manutenção das tênues condições de reprodução da vida no planeta, no limite extremo de esgotamento de seus recursos não renováveis, pelo atual predomínio da matriz energética associada aos combustíveis fósseis e atrelada aos interesses

estratégicos de grupos econômicos e geopolíticos hegemônicos. Nesse sentido, o embate socioambiental é um dos importantes capítulos dessa polarização mundial.

A crise climática se coloca em posição frontal com a questão da transição energética. Na tentativa de alinhar essa transição aos fatores associados com as crescentes rivalidades geopolíticas, insegurança alimentar, aumento do custo de vida global, o atual modelo produtivo resiste a reduzir à exploração de combustíveis fósseis, repercutindo assim nas dificuldades de redução das emissões de gases de efeito estufa e reforçando o círculo vicioso. Por sua vez, a busca por energias alternativas para o uso de automóveis elétricos, não substitui a recorrente exploração dos recursos minerais em terras raras.

Dessa maneira, busca-se elencar um conjunto de fatores prós e contra essas estratégias (in)sustentáveis, por meio de algumas dimensões políticas, econômicas e de visões-de-mundo dos atores envolvidos nessas disputas sobre a natureza e os estilos de consumo e que implicam, portanto, diferentes formas de se colocar frente aos sérios dilemas ambientais e aos diferentes modos de atuação no planeta assolado pela crise climática. Esta não é senão o sintoma da policrise, ponta do iceberg à deriva, o que não significa que não se possa perceber o lado submerso e os efeitos que produz sobre as condições e situações de vida planetárias.

⁹ ‘O mundo discute adição energética, e não transição’, diz Isabella Teixeira. Em entrevista recente, a ex-ministra do Meio Ambiente do Brasil, Izabella Teixeira, afirma que “não há substituição de uma matriz por outra, mas a adição de novas fontes de energia à matriz já existente. Os números mostram que nunca houve tanto investimento em energias renováveis, mas, ao mesmo tempo, os investimentos em fósseis continuam alto” (Geraque, 2025, Valor Econômico, Especial COP30, F10).

¹⁰ Contudo, há que se dizer que a ação de “restauração” pode ser igualmente pendular entre polos opostos, conservador-progressista. O movimento recente de resgate da memória do desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva, no Brasil, após a consagração do filme *Ainda estou aqui*, é uma das expressões dessa restauração, ao questionar o tipo de anistia acordada aos torturadores e responsáveis pelo desaparecimento de pessoas na ditadura. Em termos teóricos, para cotejar a permanência do tradicional na cultura moderna, Beatriz Sarlo (Tresoldi, 2019, p. 11) pontua que “...alguns conceitos de Raymond Williams contribuem para pensar aspectos da cultura contemporânea – por exemplo, as temporalidades que permeiam uma cultura, com elementos arcaicos e modernos juntos...”.

Não bastasse apenas isso, como limites e obstáculos, deve-se igualmente analisar o sistema de crenças que sustentam as intenções e atitudes dos agentes pró-sistema, (leia-se capitalista), travestidos de posições antissistema¹¹. Por um lado, uma crença absolutamente convencida de que a natureza e seus potenciais ecológicos devem pautar o crescimento econômico unicamente via mercado e a qualquer custo; por outro, uma diversidade de visões opostas à hegemônica, sejam as ecocêntricas que reafirmam posições de uma natureza intocável ou aquelas que baseiam suas concepções de desenvolvimento sustentável nos usos dos potenciais ecotecnológicos da própria natureza, tais como as da bioeconomia, da agroecologia e de outras formas ecoprodutivas.

Em que pese a realidade ocorrer à revelia dessas visões contrapostas, essa realidade quase sempre pende para as visões dominantes; ou melhor, as visões dominantes são as que reforçam a dinâmica dessa realidade. Com isso, entendemos que a ideologia não é simplesmente um reflexo da realidade sobre as mentes das pessoas, mas a maneira de como elas reforçam a realidade, segundo visão de Duby (1978).

Assim, ao analisar algumas disjuntivas de algumas teses do ambientalismo, sobre o que é esperado sobre o presente e o futuro de sociedades (in)sustentáveis, mais do que apenas perguntas, observa-se que é pouco provável que muitas das incertezas possam ser efetivamente superadas, ficando apenas no domínio de teses improváveis, esperando pelo anúncio das Trombetas de Jericó sobre o Armagedon¹². Depreende-se assim as seguintes posições sobre o que é esperado a curto e a médio prazo, pois parafraseando a Keynes, a longo prazo todos estarão mortos!

a) Uma primeira posição mais radical, pela busca de alternativas ao atual modelo dominante de sociedade, no que tange às formas de apropriação e exploração da natureza, poderá indagar se o sistema dominante ruirá por força de suas contradições, ou seja, pelas sucessivas ondas de devastações ecossociais. A exemplo das visões catastrofistas dos anos 1930 sobre o fim do capitalismo, a presente concepção ‘ecodevastacionista’ apostaria na queda ou crise ecossistêmica como expressão dessa destruição¹³.

¹¹ No caso da extrema direita dos tempos atuais, por exemplo, não há como ser mais pró-sistema que ser antissistema, anarquista libertário, ultra protecionista ou até golpista, para preservar um mundo perigosamente insustentável! Em tempos de pós-verdade, é difícil avaliar se a mentira é proposital para épater le Bourgeois, ou se há total oclusão da razão frente à diversidade do mundo!

¹² Em tempos de destruições ambientais e de conflitos geopolíticos, em escala global, talvez essa alegoria das Trombetas de Jericó não fosse a mais adequada, pois fortalece a ideia de que o Velho Testamento favorece apenas a uma visão judaico-cristã unilateral! Nossa posição é de que nenhuma cidade sitiada seja tomada, nem que nenhum povo seja privado de seu território, nem seja exterminado, assim como defendemos a posição de diálogo entre as nações para enfrentar a emergência climática! Sobre o Armagedon, registra O Apocalipse 16:21: “Também desabou do céu sobre as pessoas uma grande chuva de granizo, com pedras que pesavam mais de trinta quilos. E, por causa do flagelo da chuva de pedras, as pessoas blasfemaram contra Deus, porque esse flagelo do granizo era terrível”. Em leitura atual, essa alegoria pode muito bem significar que o Deus (agora desencantado na modernidade!) que está sendo acusado e a quem as blasfêmias são dirigidas, é o atual modelo societal predatório que rege as sociedades das principais potências econômicas, militares e tecnológicas mundiais. Esse deus destruidor, paganizado, implacável, além de desencantado, isto é, secularizado, está desacorrentado e não poupa ninguém de sua fúria destruidora!

¹³ Já que foram utilizadas figuras literárias para ilustrar alguns casos emblemáticos, valeria a pena aqui fazer menção ao filme O triângulo da tristeza (Triangle of Sadness), para sintetizar como em situações extremas, as hierarquias de poder podem ser invertidas. A sarcástica comédia dirigida e escrita por Ruben Östlund aborda a vida de milionários em cruzeiro marítimo; ao naufragarem, esses milionários ficam à mercê da destreza de uma tripulante do navio que passa a comandar a vida de alguns dos naufragos, em uma inhóspita ilha. Pode-se imaginar se essa paródia ocorresse hoje, caso o sistema de funcionamento dominante de produção, consumo e estilos de vida viesse a entrar em colapso. Nesse caso, como populações tradicionais e indígenas, consideradas subalternas e marginalizadas, poderiam inverter a lógica de poder dominante e passar a comandar novas estratégias de sobrevivência!

b) Ou então, uma posição gradualista que aposta em mudança paulatina para regimes de transição energéticas, tecnológicas, políticas, econômicas, culturais, até que a estabilidade sistêmica encontre seu novo equilíbrio. O mundo teria capacidade de atravessar a tempestade, reconstruindo a devastação proveniente das hecatombes climáticas, não importando o tamanho de tal destruição?

c) Pode-se indagar se as micro experiências voltadas para modelos alternativos de funcionamento societal (inúmeros modelos de microssistemas de gestão alternativos implementados por populações tradicionais e povos autóctones) podem funcionar como catalisadores ou mecanismos moleculares que vão erodindo os processos molares e, portanto, hegemônicos. Ou, então, se essas alternativas serão assimiladas pelo próprio sistema dominante para que esse sistema continue funcionando.

d) É bem possível aproximar o alerta feito pelos gregos antigos e pelos indígenas contemporâneos sobre a questão da transgressão aos limites da natureza pelos humanos, muito mais visíveis no antropoceno (ou capitaloceno) do que em outras eras, cujas violações representam sérios desafios para a manutenção e a reprodução das condições de vida no Planeta. As consequências dessas ocorrências derivam do próprio modelo hegemônico de desenvolvimento, cujas instituições e concepções são contestadas. A questão é: como desenvolver ou garantir um padrão de diálogo democrático entre as diversas forças políticas e ideológicas que disputam a condução dos destinos das nações? (Floriani, 2023). Todos estão na mesma nave terrestre, mas os comandantes dessa nave não querem saber das consequências de permanecerem à deriva!

e) O diálogo pode surgir de forma consensual, mas os conflitos, quando não há mais como

convencer a outra parte sobre sua intransigência, podem postergar a busca por soluções. A erosão das instituições democráticas por parte de estratégias de poder do neofascismo, pela disseminação de mentiras ou pelo *nonsense* de *fake news* para chocar a opinião pública, para reforçar lealdades dos seguidores a líderes populistas de extrema-direita, são sintomas civilizacionais de uma era disruptiva. No caso do negacionismo sobre a crise climática, a tendência é de acelerar o tempo das catástrofes e de levar às últimas consequências a exploração de fontes energéticas não renováveis.

A dinâmica do sistema dominante busca impor-se, enquanto Sistema-Mundo, pela racionalidade instrumental e estruturante da concepção de desenvolvimento capitalista que se espalha em cadeia planetária pela financeirização do capital, pela geopolítica assimétrica do poder internacional e pelos processos corrosivos sobre a natureza (insustentabilidade), cujos efeitos repercutem de diferentes formas na periferia do sistema globalizado; essas diferentes modalidades de reprodução do sistema hegemônico nos espaços da periferia respondem de maneira heterogênea ao processo de globalização.

Mais recentemente, Fraser (2024) definiu o processo atual do capitalismo em curso como *capitalismo canibal*. Ao mesmo tempo em que o capital se define pela sua contradição com o social (exploração e expropriação), define-se igualmente pela sua contradição com a natureza. “A reprodução social está, portanto, intimamente intrincada com a reprodução ecológica – é por esse motivo que tantas crises daquela também são crises desta e que tantas lutas pela natureza também são lutas por modos de vida” (Fraser, 2024, p. 136-137).

A canibalização da natureza expressa assim a voracidade do capital na expansão de fronteiras territoriais, pela exploração de novos produtos; da economia verde, o capital passa à economia azul.

No meio da crescente procura de “minerais de transição” necessários para tecnologias de energia limpa, a fronteira de produtos de mineração em alto mar (DSM - siga em inglês para designar *Deep-Sea-Mining*) está a emergir no Oceano Pacífico. Promovido no âmbito da “economia azul” como um meio de estimular o “crescimento azul” e gerar benefícios económicos e ambientais equitativos para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico, tem havido um interesse comercial e estatal crescente na extração de minerais do mar profundo (Murphy & Gard, 2025, p. 1).

Em contextos radicalizados pelo neoliberalismo, a contradição se dá inclusive no domínio das tecnociências. A modernização ecológica acredita piamente que a ciência, por si só, resolverá o que as tecnociências promovem como efeito deletério em relação à exploração da natureza, uma vez que se encontra entre o fogo cruzado das escolhas pelos agentes económicos e os demais atores sociais em disputa pelo controle sobre a natureza. Esse dilema se apresenta de forma crucial quando se trata da gestão dos comuns¹⁴.

Ao conectar-se com os demais fatores societais (económicos, políticos, tecnológicos, bélicos...), a atual crise ambiental pode sofrer de efeitos co-

laterais adicionais, de tal sorte que a emergência de um novo evento, como é o caso da ‘guerra comercial’, pela imposição unilateral de tarifas, pode desencadear consequências imprevisíveis em escala mundial¹⁵.

A seguir, serão apreciados dois modelos de avaliação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) sobre o desenrolar das medidas adotadas no que tange aos fundamentos e às estratégias voltadas para o alcance bem como aos limites e insuficiências, com pequenos avanços em direção ao que se convencionou designar por ‘desenvolvimento sustentável’: por um lado, uma avaliação desse desempenho por parte das agências oficiais de setores multilaterais associados à ONU e aos países signatários da Agenda 2030, focado em países da América Latina e do Caribe, segundo o relatório da CEPAL (2025); depois, uma seção sobre a visão crítica e radical, presente na obra de pensadores latino-americanos, em especial de Enrique Leff, visando alternativas ao desenvolvimento, isto é, uma abordagem que incorpora setores que estão à margem do processo hegemónico do crescimento económico, mas que reivindicam um protagonismo relevante, sintetizado pelo sintagma de ‘futuro ancestral’, de acordo com Krenak (2022); essa imagem advém da cosmovisão dos povos originários e das populações tradicionais da região.

Com esses dois exemplos, busca-se revisar concepções e posições das diversas leituras a

¹⁴ Ailton Krenak (2024) e Txai Suruí, jovem líder indígena feminista do povo Suruí da Amazonia ocidental expressa: “É mais tecnológico proteger o rio que criar uma máquina para limpá-lo depois. Esta é uma tecnologia ancestral” (Oliveira, 2024).

¹⁵ Associado com a guerra comercial, observa-se mudança igualmente da posição do atual governo norte-americano em relação às políticas ambientais das grandes empresas: “Trump é um ponto de inflexão. Mudou o comportamento das grandes empresas, inclusive na área financeira e na de petróleo. Até recentemente, estavam pressionadas, mas havia uma circunstância confortável que lhes permitia fazer propaganda de sustentabilidade por meio do “net zero”. Em vez do imperativo de reduzir emissões (de gases de efeito estufa), elas podiam comprar compensações pela emissão. Agora veio um movimento contrário. Assim que Trump foi eleito, elas abandonaram tudo isso, inclusive as Big Techs, que tinham um discurso forte de neutralidade. É um retrocesso nos parcos esforços globais de descarbonização” (Viana, 2025. Entrevista com José Eli da Veiga).

propósito da crise civilizacional e socioambiental contemporâneas e suas possíveis alternativas, bem como do debate em torno de uma provável transição do modelo de desenvolvimento vigente e de suas incertezas.

3. Breve balanço das estratégias dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na América Latina e Caribe, segundo a CEPAL¹⁶

Conforme exposto no início do texto, as causas que subjazem à policrise são múltiplas e ao se combinarem de formas diferentes, em razão da emergência de novos fenômenos, podem alterar o curso inicial dos eventos. Contudo, quando um conjunto de indicadores são analisados em temporalidades médias e longas, é possível verificar tendências diversas e identificar o nível de intensidade com que se estruturam ou então suas fragilidades e vulnerabilidades, como demonstram os diagnósticos da CEPAL (2025) sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável projetado pela ONU em Paris, em 2015, a fim de que se cumpram metas traçadas pela Agenda 2030.

O estudo recente da CEPAL (2025) sobre a Agenda 2030 a 5 anos de suas metas para América Latina e o Caribe está dividido em 4 capítulos,

além das conclusões e recomendações, abordando os seguintes temas, com os respectivos balanços:

1. Os desafios de América Latina e o Caribe: Baixa capacidade para crescer, alta desigualdade, insustentabilidade ambiental e capacidades institucionais débeis;
2. O avanço das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: perspectivas de cumprimento em 2030;
3. Avanços em relação a alguns ODS (3, 5, 8, 14 e 17)¹⁷ da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
4. Participação de outros atores governamentais e não governamentais na aceleração e acompanhamento do avanço em direção à realização dos ODS;
5. Conclusões e recomendações.

Reconhece o estudo (CEPAL, 2025) a importância da análise da trajetória dos indicadores dos ODS como uma ferramenta fundamental para analisar a situação atual, prever possíveis cenários futuros e adotar medidas que promovam melhorias na dinâmica observada para atingir as metas para 2030.

De maneira sintética, os resultados apresentados pelo estudo (CEPAL, 2025) em relação ao

¹⁶ “Adotada em setembro de 2015 por 193 Estados Membros da ONU (*UN General Assembly Resolution 70/1*), a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável resultou de um processo global participativo de mais de dois anos, coordenado pela ONU, no qual governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa contribuíram através da Plataforma ‘*My World*’. Sua implementação teve início em janeiro de 2016, dando continuidade à Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), e ampliando seu escopo. Abrange o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a boa governança em todos os níveis, incluindo paz e segurança” (Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, site oficial do Governo Brasileiro, s/d).

¹⁷ Esses objetivos são os seguintes: Objetivo 3: Garantir uma vida sadia e promover o bem estar de todos a todas as idades; Objetivo 5: Conseguir a igualdade de gênero e empoderar a todas as mulheres e meninas; Objetivo 8: Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e continuado, o pleno emprego produtivo e o trabalho decente para todos; Objetivo 14: Conservar e utilizar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; Objetivo 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

progresso de cada um dos 17 objetivos são divididos pelos seguintes resultados, assim classificados:

1) Além do *progresso desigual* entre os Objetivos, no que diz respeito à redução da pobreza (ODS 1), acabar com a fome (ODS 2), reduzir a desigualdade (ODS 10), ação climática (ODS 13), paz, justiça e instituições eficazes e inclusivas (ODS 16), *nenhum dos seus objetivos deverá ser alcançado e vários deles apresentam retrocessos significativos*, segundo indicado por Palermo (2025).

Particularmente marcante, a ação pelo clima (ODS 13) demonstra retrocesso ou estagnação. Os desastres ecológicos recentes em muitos países latino-americanos e caribenhos demonstram que os eventos climáticos extremos são um efeito da crise climática, como os fenômenos descritos pelo estudo da CEPAL (2025, p. 26):

Em 2024, Belize, El Salvador, Guatemala, Honduras e México sofreram um calor extremo e persistente, causando dezenas de mortes, cortes de energia e afetando um grande número de pessoas por insolação. A escassez de água e os cortes de energia também foram notórios no Equador. A bacia do rio Amazonas sofreu uma seca considerada excepcional, cuja principal causa subjacente foram as mudanças climáticas e não o fenômeno El Niño (WWA, 2024).

O Chile também sofreu um incêndio devastador, classificado como um dos mais mortíferos dos últimos quinze anos em todo o mundo, que foi agravado pelas altas temperaturas, seca e ventos

fortes na região de Valparaíso. As inundações também tiveram consequências na região.

No Rio Grande do Sul (Brasil), esse fenômeno deixou 183 mortos, 27 desaparecidos, centenas de feridos e quase 78 mil pessoas evacuadas, e o custo total dos danos e perdas foi estimado em cerca de 16,5 bilhões de dólares, o que representa 13,9% do PIB do Estado.

2) *Menos atrasos e algum progresso* apresentam os Objetivos relacionados com a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento (ODS 6), produção e consumo responsáveis (ODS 12) e alianças para alcançar os Objetivos (ODS 17). No caso dos Objetivos ligados à energia fiável, sustentável e moderna (ODS 7) e à vida subaquática (ODS 14), apresentam o melhor equilíbrio entre o progresso e o atraso no cumprimento dos seus objetivos.

3) Objetivos que apresentam uma maioria de indicadores com uma *tendência correta, mas insuficientes* são os relacionados com a educação de qualidade (ODS 4), a igualdade de gênero (ODS 5), o crescimento económico e o trabalho digno (ODS 8), as infra-estruturas, a industrialização e a inovação (ODS 9) e as cidades e assentamentos humanos sustentáveis (ODS 11). *Não é possível definir uma tendência clara*, no caso do ODS 3 (saúde e bem-estar) e do ODS 15 (ecossistemas terrestres) em relação aos avanços ou retrocessos dos seus objetivos.

Os 17 objetivos dos ODS representados por 183 indicadores e 179 metas (CEPAL, 2025, p. 38) constituem, de uma certa forma, um grande painel

complexo cuja dinâmica não é linear e, conforme indicado na sequência, traduz a heterogeneidade não apenas de cada um dos objetivos, mas também a diversidade e a diferença entre os países da América Latina e do Caribe¹⁸.

O estudo (CEPAL, 2025, p. 42) destaca o problema da heterogeneidade observada entre os indicadores quando se analisam os resultados agregados ao nível das metas de cada um dos Objetivos da Agenda 2030, tendo como base 2015 quando os ODS foram formulados. As *situações menos auspiciosas quanto ao cumprimento das metas* estão ligadas às seguintes áreas:

- acesso à água potável, utilização eficiente dos recursos hídricos e dos ecossistemas relacionados com a água;
- programas de consumo e produção sustentáveis, utilização sustentável dos recursos naturais, desperdício e perda de alimentos e gestão de produtos químicos e resíduos;
- políticas sobre alterações climáticas e sensibilização para as alterações climáticas;
- ecossistemas marinhos e costeiros, desertificação e degradação dos solos, conservação dos ecossistemas montanhosos e perda de biodiversidade.

Em contraposição, numa situação melhor em relação à linha de base de 2015, com trajetórias que vão na *direção certa, mas a um ritmo que não é suficiente* para alcançar o cumprimento em 2030, conforme o estudo (CEPAL, 2025, p. 43-44):

- acesso a serviços de saneamento e higiene, qualidade da água e cooperação transfronteiriça em recursos hídricos;
- qualidade do ar e gestão de resíduos urbanos;
- poluição marinha;
- ecossistemas terrestres e de água doce, gestão florestal sustentável e controle de espécies exóticas invasoras.

Da mesma forma, *foram observados resultados muito positivos* num conjunto de objetivos em relação aos quais a região como um todo tem implementado ações:

- a participação das energias renováveis e da eficiência energética;
- indústrias limpas e sustentáveis, redução de resíduos e práticas empresariais sustentáveis;
- conservação costeira e marinha, subsídios à pesca e aos recursos marinhos dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos;
- fortalecimento das capacidades relacionadas aos ODS;
- políticas relacionadas com a gestão de desastres;
- recursos para a biodiversidade e os ecossistemas, e recursos para a gestão florestal.

Uma das perguntas que o sistema de Nações Unidas e seus Estados Membros repetem com força desde a Cúpula sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável durante o septuagésimo oitavo período de sessões da Assembleia Geral em 2023 é

¹⁸ A esse respeito, é possível captar a diversidade e diferença entre os países da América Latina e Caribe, por meio de outro estudo da ONU sobre dados estatísticos e recursos institucionais para o acompanhamento da Agenda 2030 que organiza a dinâmica dos indicadores e metas por país e região, de acordo com o *Centro de Gestión del Conocimiento Estadístico* da ONU (s/d).

de como gerenciar as transformações para acelerar o progresso¹⁹.

As recomendações feitas pelas instituições multilaterais, para a superação dos inúmeros entraves para alcançar as metas dos ODS, apesar de pertinentes e em muitos casos corretas, pecam pelo excessivo otimismo, pois deixam de considerar que os limites e os obstáculos para essa superação dependem de fatores políticos e culturais, de tal maneira que não é casual que as recomendações sejam sucessivamente postergadas para horizontes improváveis. Daí as inúmeras declarações oficiais que carregam títulos que expressam intenções adiadas, tal como um dos últimos documentos que traz um nome bem significativo de *Um Pacto para o Futuro*, assinado em 2024²⁰.

Enquanto esse pacto depende de uma forte cooperação internacional e de acordos multilaterais que facilitem a transferência de tecnologia e o acesso a financiamento para o desenvolvimento, os retrocessos nesses quesitos surgem justamente da maior potência econômico-militar do planeta que caminha em sentido oposto aos acordos e cooperação pretendidos²¹!

Parece então que a dimensão político-cultural e, por extensão geopolítica, desses processos obstaculizam os países do capitalismo periférico de dialogarem de igual para igual com as grandes potências emissoras de gases de efeito estufa. Adicionalmente, de se colocarem plenamente como *global players* frente à questão da transição energética e da crise climática, embora Brasil e alguns de seus vizinhos contem com “vantagens comparativas” de “estoques de natureza”, pela variedade de seus biomas, especialmente o amazônico²².

Além dos indicadores de mensuração das metas dos 17 ODS, já apresentados, serão indicadas outras propostas alternativas ao desenvolvimento, que combinam modelos híbridos de usos da natureza, ao resgatar experiências das populações tradicionais e dos povos originários no manejo dos recursos naturais; este modelo é considerado como um tipo de desenvolvimento sustentável débil (Gudynas, 2012), uma vez que seria coexistente com outras formas dominantes de produção para o mercado, segundo propõe a bioeconomia (Abramovay, 2019, 2021, 2022); por outro lado, uma leitura mais radical em que a natureza é considerada como

¹⁹ Seria mais interessante entender ‘progresso’ como medidas eficazes para alcançar esses objetivos, do que propriamente progresso no sentido de estágio superior de desenvolvimento das sociedades, o que poderia ser confundido com a antiga visão de etapas do crescimento econômico propaladas por Walt Whitman Rostow, [1960] (2017) ou como oposição entre países desenvolvidos (adiantados) x países subdesenvolvidos (atrasados) e em desenvolvimento (estágio intermediário).

²⁰ O documento oficial da ONU *Um Pacto para o Futuro* (2024) possui 64 páginas, incluídos 2 anexos e compreende 5 seções; cada uma dessas seções vem acompanhada por um plano de ação: (1. Desenvolvimento sustentável e financiamento para o desenvolvimento, com 12 ações; 2. Paz e segurança internacionais, com 15 ações; 3. Ciência, tecnologia e inovação e cooperação digital, com 6 ações; 4. Juventude e gerações futuras, com 4 ações; 5. Transformação da governança global, com 19 ações)

²¹ “As novas tarifas de Donald Trump estão prestes a atingir a indústria de energia renovável, ameaçando aumentar os preços, interromper cadeias de suprimentos e minar as ambições dos Estados Unidos de liderar a revolução da IA (inteligência artificial), disseram executivos de tecnologia limpa. (...) Analistas dizem que a energia verde é particularmente vulnerável às tarifas, dada sua forte dependência de importações do exterior e o apoio governamental reduzido. Trump prometeu desmantelar o IRA (Inflation Reduction Act), chamando-o de “novo golpe verde”, pausou permissões e empréstimos para alguns projetos renováveis e priorizou o desenvolvimento de projetos de combustíveis fósseis. Isso esfriou o investimento na indústria de energia verde, que enfrenta o custo adicional de obter equipamentos de países sujeitos a tarifas punitivas.” (Smith, Chu, & Millard, 2025).

²² O Brasil, assim como outros países que percebem vantagens comparativas na exploração dos recursos naturais renováveis dos seus biomas, associam negócios verdes com medidas de mitigação dos efeitos negativos causados pela emissão de gases de efeito estufa. Claramente aqui, a sustentabilidade é tratada como uma aliada do crescimento econômico, por meio de tecnologias limpas, como um grande nicho de investimentos e lucro, segundo Bertão (2025) em reportagem do jornal Valor Econômico (2025).

patrimônio pertencente à humanidade, com direitos próprios, e em que se valoriza a vida como um bem inegociável, reivindica a possibilidade de invenção criativa por meio da racionalidade ambiental, em oposição à instrumental dominante; neste caso, a interpretação de Enrique Leff (2009, 2014) é inovadora e inspiradora dessa temática.

4. Desde a subalternidade resistente, como encarar a sustentabilidade da vida?

De uma maneira geral, pode-se considerar que a produção teórica sobre desenvolvimento sustentável na América Latina é representada entre outros, por um lado, por defensores de modelos herdeiros da ecossocioeconomia (Sachs, 2007) que se posicionam favoráveis a pensar alternativas de desenvolvimento, com os quais podem ser associados os defensores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e mais recentemente, com a discussão em torno da bioeconomia (Abramovay, 2019; 2021; 2022), tema hoje em alta no debate sobre como buscar otimizar os usos desses bens (florestas, rios, biodiversidade) com objetivos econômicos, sem destruir esses recursos; essas correntes de pensamento representam segundo Gudynas (2012) um tipo de desenvolvimento sustentável débil, pois defendem ainda a ideologia do progresso e da modernidade.

Por outro lado, seguindo ainda este autor, as alternativas ao desenvolvimento situam-se para além do progresso e da modernidade; são consideradas como pertencentes ao desenvolvimento sustentável forte, as concepções de convivialidade, biocentrismo, ecologia profunda, ecofeminismo, economia do cuidado, desmaterialização das econo-

mias, decrescimento, interculturalidade, pluralismo, ontologias relacionais (Escobar, 2014), cidadanias expandidas, natureza como sujeito de direito, *buen vivir* (Acosta, 2016)... segundo Gudynas (2011) e Floriani (2024, p. 239).

A bioeconomia (Abramovay, 2019; 2021; 2022) seria aplicável, preferencialmente, a territórios amazônicos, onde se localiza a maioria de povos indígenas e uma gama variada de populações tradicionais, combinado ao empreendedorismo de mercado, mas com respeito à autonomia local das comunidades indígenas e tradicionais, mantendo a floresta em pé e obtendo recursos de investimentos de fundos internacionais. Caberia igualmente uma referência ao potencial de conservação das práticas de manejo das unidades de conservação com gestão de povos indígenas e de populações tradicionais, segundo estudo realizado por pesquisadores do Instituto Socio Ambiental – ISA – (Oviedo & Doblas, 2022).

Reconhece-se que diferentes sistemas de organização social condicionam-se reciprocamente e se articulam em diferentes escalas espaciais e temporais. Mas, essa reciprocidade não significa relações de poder simétricas sendo possível identificar resistências e respostas diferentes por parte de populações pertencentes a sistemas sociais periféricos que desenvolvem estratégias próprias e coerentes com os recursos culturais e políticos, de acordo com a capacidade de resposta que cada um desses sistemas consegue organizar.

No caso das populações tradicionais, mas principalmente das identidades indígenas, pode ocorrer movimentos de desetnização como de reetnização dos sujeitos, movimentos esses que ao mesmo tempo se opõem e se complementam de maneira assimétrica, respondendo a estratégias subalternas

de sobrevivência mutantes. Para que sejam geradas racionalidades híbridas e, neste caso, da produção de identidades mestiças, é necessário a reunião ou acumulação de forças simbólicas, corporificadas em textos e discursos capazes de gerar alguma vantagem no cenário de uma modernidade nacional e global, negadora até pouco tempo da imagem do indígena ou indígena-mestiço subalterno (Floriani, 2024).

As racionalidades subalternas nutrem-se do jogo recíproco de outras racionalidades, inclusive oriundas das matrizes dominantes; é desse jogo que podem emergir novas racionalidades híbridas em que é possível observar que uma nova política também é possível, pela condição de reinventar-se a partir de sua própria tradição. Assim, é importante considerar a cultura das populações tradicionais como um princípio condutor de reafirmação de identidades, e não como reflexo de uma história que passou.

Distante de essencializar o contramovimento dos atores coletivos que são múltiplos e marcados por conflitos socioambientais, pela ontologia da diversidade e pela política da diferença, Enrique Leff²³ propõe outra leitura da ecologização da economia e politização da ecologia, por meio da reinvenção existencial do território e das identidades²⁴.

Dessa maneira, o debate sobre atores ambientalistas indígenas em América Latina, com suas concepções críticas sobre sustentabilidade, ocorre

nos confins da racionalidade ambiental prática, que implica na imbricação de racionalidades culturais diversas, pois cada racionalidade cultural é uma forma particular de territorializar a categoria de racionalidade ambiental, como bem expressa a nota 27 do livro *Ecologia, capital e cultura* (Leff, 2009, p. 306).

Por estilos étnicos, entende-se os imaginários, *habitus* e práticas particulares das sociedades tradicionais, povos indígenas e comunidades camponesas. Associada com esses estilos étnicos está a ‘cultura ecológica’²⁵ em seu sentido atual que se define como um sistema de valores ambientais que reorienta os comportamentos individuais e coletivos em relação com as práticas de uso dos recursos naturais e energéticos. Essa dinâmica dos processos ecológicos coevolui com a organização das sociedades e seus agentes envolvidos com os estilos culturais e étnicos, ao reivindicar seus direitos ambientais e a participação das comunidades na autogestão de seus recursos naturais e territórios (Leff, 2009, p. 124-25).

A cultura ecológica está, assim, intrinsecamente direcionada ao debate das últimas décadas, em relação ao desenvolvimento sustentável, a saber:

1) como um conjunto de princípios éticos e saberes culturais que conforma uma nova cultura democrática;

²³ A referência aqui a Enrique Leff deriva da apresentação que fizemos à Antologia de sua obra, ainda inédita e no prelo pelo ISS-UNAM; Enrique Leff é um dos mais importantes autores do pensamento socioambiental latino-americano.

²⁴ A reinvenção dos processos mais significativos de reapropiação do patrimônio biocultural dá testemunho dos povos indígenas de América Latina, ao afirmar: “não queremos sustentabilidade, queremos ‘*vivir bien*’. Foi esta a clara conversão da outridade incomensurável e intraduzível entre códigos de compreensão do mundo, do sentido radical do diálogo de saberes...” (Leff, 2014, p. 11).

²⁵ Consultar o capítulo 8, ‘Cultura ecológica e racionalidade ambiental’ do livro *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental* (2009, p. 281-326).

2) como um processo de valorização do equilíbrio ecológico, das identidades étnicas y das práticas culturais de gestão ambiental;

3) como um princípio de produtividade cultural dentro de um paradigma alternativo de produção (Leff, 2009, p. 128).

Para gerar novos potenciais produtivos no desenvolvimento sustentável, deve-se integrar sinergicamente os processos ecológicos, a inovação tecnológica, a reorganização produtiva e a mudança social. Nessa perspectiva, inclui-se um processo de desenvolvimento ecologicamente sustentável, economicamente sustentado e socialmente equitativo e justo; isso implica reorientar a produção no meio rural, desde a racionalidade das diferentes práticas culturais e de seus imaginários de vida, capazes de orientar o incremento de seu potencial ecotecnológico; isso responde aos desafios associados com a autogestão e autossuficiência das comunidades, a preservação dos equilíbrios ecológicos globais e a produção de excedentes comercializáveis para a economia nacional e internacional (Leff, 2009, p. 141-2)²⁶.

Em seus múltiplos trabalhos de interpretação da questão socioambiental latino-americana – que serviu para agregar intelectuais, atores ambientalistas, como movimentos sociais e lideranças comunitárias indígenas, camponeses e demais atores de populações tradicionais – Enrique Leff se dedicou nas últimas cinco décadas a avaliar teórica e criti-

camente o importante papel no exercício político dos novos atores do ambientalismo rural latino-americano, incluindo os seringueiros, zapatistas, afrodescendentes, povos indígenas, os sem-terra.

A emergência insurgente indígena na América Latina é um sinal do protagonismo desses novos sujeitos sociais e políticos que constroem no último meio século uma agenda de lutas autônomas. Tais propostas encontram resistência por parte dos poderes econômicos, jurídicos, políticos e ideológicos dominantes e de governos com uma agenda conservadora e neoliberal, bem como aqueles com uma agenda “progressista”. Esses confrontos promovem perseguições e mortes daqueles que enfrentam tais poderes estabelecidos, e pelo mesmo Estado que é governado pela coerção das classes dominantes, defensores da apropriação privada dos territórios e inimigos declarados dos territórios comunais de vida.

Contudo, a ambientalização das lutas camponesas, dos povos indígenas e das comunidades afrodescendentes, bem como dos povos da floresta e dos pescadores artesanais, abriu um enorme caminho de novos significados teórico-práticos muito bem expostos nos capítulos 8 e 9 de *Ecologia, capital e cultura* (Leff, 2009). Embora em grande parte essas lutas se refiram ao acesso à terra, os movimentos sociais do campo incorporam em suas lutas pela terra e pela democracia, novas demandas de reapropriação da natureza, ou seja, da herança biocultural, de setores populares e da sua capaci-

²⁶ Sobre a possibilidade de aproveitar os avanços científicos e tecnológicos dentro de uma bioeconomia fundada nos princípios da racionalidade ambiental, Leff aponta: “os avanços recentes da ciência – microeletrônica, biotecnologia, etc. – têm produzido conhecimentos que podem ser aplicados a processos altamente produtivos que não dependem necessariamente de altas concentrações de capitais, de recursos naturais e de insumos industriais. Esses recursos científicos podem ser orientados para o desenvolvimento de novos potenciais naturais e tecnológicos, no aproveitamento de fontes alternativas de energia, na descentralização das atividades produtivas e na definição de novos produtos, sustentando assim um projeto de civilização e uma estratégia de desenvolvimento que incorporem, no interior das forças sociais de produção, as condições ecológicas e culturais de um desenvolvimento sustentável” (Leff, 2009, p. 155).

dade de autogestão do processo de produção (Leff, 2009, p. 348).

A abertura para esses novos horizontes de luta produz efeitos políticos no aparelho de Estado (incorporação de novas legislações e efeitos nos órgãos jurídicos), além de gerar novos espaços na esfera pública, sensibilizando setores da “opinião pública” para ampliar sua percepção sobre problemas socioambientais.

Entretanto, a visão teórica de Leff não se limita às externalidades do fenômeno ambiental e à construção de um arcabouço epistêmico para interpretar os sistemas socioambientais e os regimes de poder envolvidos, mas antes revela situações de conflito histórico entre sistemas dominantes e subalternos. Neste sentido, ao analisar as condições da cidadania ambiental, coloca ênfase na legitimação de novos direitos étnicos aos Povos da Terra, seus direitos existenciais, culturais e territoriais, bem como nas demandas emergentes de grupos indígenas e camponeses pela reapropriação coletiva de seu patrimônio de recursos naturais e culturais (Porto-Gonçalves, 2006; Floriani, 2004).

Apesar do atual retrocesso no processo democrático de algumas sociedades latino-americanas, a luta pela expansão dos espaços democráticos por parte da sociedade civil é extremamente importante, pois abre a agenda pública e dá origem a novas fórmulas de organização da sociedade. Embora o movimento ambientalista, em seu sentido amplo, tenha um caráter transclassista, ou policlassista, o que dificulta sua articulação em uma frente comum, o problema ambiental representa um novo sentido para suas demandas e lutas sociais, abrindo-se para uma nova visão de seu caráter coletivo e uma expansão do significado dos direitos humanos e dos direitos da natureza.

Dessa forma, ao reivindicarem os princípios da descentralização e da autonomia na sua organização e tomada de decisões, os movimentos ambientalistas colocam em prática um conceito mais amplo e participativo de democracia ambiental. Ao abrir o campo da ecologia política à reinvenção e aos direitos das identidades culturais de cada povo e ao direito à autonomia das comunidades, esses movimentos fortalecem as capacidades de autogestão dos processos produtivos e das condições de vida. Assim, o projeto de democracia ambiental promove uma reintegração socioambiental baseada em novas solidariedades sociais, na pluralidade de identidades étnicas e culturais e na diversidade de modos de vida e estilos de desenvolvimento (Leff, 2009, p. 327 e seguintes).

5. Considerações finais

Ao longo da exposição do texto, foram apresentados argumentos críticos em torno do debate e das práticas associadas com a categoria de desenvolvimento sustentável. A abordagem sobre a problemática socioambiental depende de recursos epistêmicos associados ao pensamento complexo, tanto da ciência como dos demais saberes culturais e práticos sobre os usos da natureza. Os conflitos decorrentes das diversas interpretações e das diferentes estratégias em torno dos usos e apropriações da natureza dependem das variadas concepções manifestadas pelos diferentes agentes em confronto e, portanto, de como cada um desses agentes projetam e imaginam o que seria uma sociedade melhor para si.

Para tanto, desenhou-se figuras que ilustram a dinâmica dos problemas que interagem para formar

um quadro das crises contemporâneas, em escala planetária, caracterizadas como policrise, ou seja, crises combinadas e simultâneas, marcadas pela incerteza e pela metamorfose dos fenômenos, dentre os quais se incluem os de caráter socioambiental.

Em seguida, são apresentados cinco cenários possíveis sobre diversas expectativas sobre o desenlace da crise ambiental contemporânea; essas expectativas são diversas e projetam possíveis desenlaces dos fenômenos e eventos associados com a atual crise climática; quer dizer, desde os mais distópicos, com expectativa ecodevastacionista, até os cenários que representam desejos de transição gradual para sociedades sustentáveis, como os atrelados aos ODS ou à bioeconomia (desenvolvimento sustentável débil) ou então apostas utópicas que projetam um novo renascer de aliança das sociedades com a natureza, com diversas vertentes (desenvolvimento sustentável forte).

Tais diagnósticos são analisados detalhadamente através das duas seções; a primeira que avalia o relatório da CEPAL, Agenda 2030, com um balanço sobre indicadores do desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe, a cinco anos da meta de 2030, em que se apresentam três diferentes situações, para alguns dos 17 ODS:

1) alguns desses *objetivos não deverão ser alcançados e vários deles apresentam retrocessos significativos*;

2) *menos atrasos e algum progresso* para alguns dos objetivos;

3) uma *tendência correta, mas insuficientes* para alguns deles, entre os 17 objetivos.

A segunda seção, refere-se às concepções designadas como desenvolvimento sustentável forte,

em especial aquelas associadas com alternativas ao desenvolvimento, em que a defesa da vida é inegociável, e que são propaladas pelos novos movimentos sociais, os povos originários e os Povos da Terra.

Conclui-se este ensaio, com uma referência poética sobre o dom de convivialidade de todos os seres vivos com a natureza. No ano anterior de sua morte em 1957, Gabriela Mistral publica em seu *Cuaderno de los Adioses* [1956] (2002, p. 316) uma reflexão sobre a beleza da vida e que é também premonitória sobre o que pode acontecer com o reino deste mundo, para parafrasear Alejo Carpentier. Sobre para cada um(a) e para todo(a)s que estão vivo(a)s e que têm, ainda, mas não sabemos até quando, o privilégio de contemplar a beleza da vida, nos diz a poetisa: “*En el último día de la vida, quien ha caminado por sobre toda la tierra puede decir: ‘Yo tuve las visiones más nobles que da este mundo’*”. Oxalá que persista a vontade humana de continuar apreciando os dons obsequiados pela natureza! Caberá aos que virão mais tarde atestar se vai prevalecer essa vontade ou não e se haverá tempo hábil e possibilidade para que a natureza continue a produzir sua beleza!

Referências

Abramovay, R. *Amazônia*: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019.

Abramovay, R. Uma nova bioeconomia na Amazônia: oportunidades e desafios para florestas e rios saudáveis. *Painel Científico para a Amazônia*, 2021. Disponível em: https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/2022-07/NEA-BR_Bioeconomia_PT.pdf. Acesso em: jan.2025.

Abramovay, R. *Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. São Paulo: Elefante, 2022.

Acosta, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: SOUSA, C. M., org. *Um convite à utopia* [online]. Campina Grande: EDUEPB. Um convite à utopia collection, vol. 1, pp. 203-233, 2016.

Bertão, N. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2025/03/24/brasil-e-um-protagonista-importantissimo-na-questao-climatica-diz-alcmin.ghtml>. *Um só planeta*, 2025. Acesso: jan.2025.

Brandão, I. de L.. *Não verás país nenhum*. São Paulo: Global Editora, 1981.

Brandão, I. de L.. *Deus, o que quer de nós?* São Paulo: Global Editora, 2022.

Causin, J. Indígenas reivindicam demarcação como política do clima. In: Caderno Especial COP30, *Valor Econômico*, sexta-feira, 11 de abril de 2025, F9.

Centro de Gestión del Conocimiento Estadístico (ONU). *Los ODS en América Latina y el Caribe*. Disponível em: <https://agenda2030lac.org/estadisticas/index-es.html>.

CEPAL. Exposición macroeconómica de los países de América Latina en la transición verde. José E. A., Álvaro L., Martín L.. *Série Estudios y Perspectivas*, 60. Oficina de Montevideo, 2023.

CEPAL. *América Latina y el Caribe y la Agenda 2030 a cinco años de la meta ¿Cómo gestionar las transformaciones para acelerar el progreso?* 2025. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/1c7d9df9-f-d4d-42fb-90dc-2e6378b9b7c9/content>. Acesso: fev.2025.

Deweik, S. *Bem-vindos ao mundo da Policrise!* – O futuro das Coisas. Blog, 17 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://ofuturodascoisas.com/bem-vindos-ao-mundo-da-policrise/>. Acesso: fev.2025.

Escobar, A. *Sentipensar con la tierra*: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: UNAULA, 2014.

Duby, G. *Les Trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*. Paris: Gallimard, 1978.

Floriani, D. *Conhecimento, meio ambiente e globalização*. Curitiba: Juruá, 2004.

Floriani, D. Desenvolvimento sustentável: um percurso permeado de obstáculos e idealizações. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*. GUAJU, Matinhos, 9, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5380/guaju.v9i0.91742>

Floriani, D. Desenvolvimento sustentável: entre obstáculos e imaginários. In: Humanidades e Gestão Cultural: contribuições a partir da América do Sul. *ARKEOS – Perspetivas em Diálogo*, 58, 229-243, 2024. Mação, Portugal. Disponível em: <https://institutoterramemoria.org/itm/index.php/techne/arkeos>. Acesso: mar.2025.

Fraser, N. *Capitalismo Canibal. Como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

Geraque, Eduardo. ‘O mundo discute adição energética, e não transição’, diz Izabella Teixeira. *Valor Econômico*, São Paulo, 11 abr. 2025. Disponível em: https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/cop30/noticia/2025/04/11/o-mundo-discute-adicao-energetica-e-nao-transicao-diz-izabella-teixeira.ghtml?giftId=434bdb13e3affd2&utm_source=Copiarlink&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilharmateria

Gudynas, E. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa. In: *Más allá del desarrollo*. Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. 1era edición. Quito/ Ecuador: Fundación Rosa Luxemburg/Abya Yala, 2012. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/mas_alla_del_desarrollo.pdf. Acesso: dez.2024.

Head, B. W.. *Wicked problems in public policy. understanding and responding to complex challenges*. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-94580-0>.

Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Site oficial do Governo Brasileiro, s/d. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>. Acesso: nov.2024.

Instituto Cascade . *Interventions for rapid global change*. Cascade Institute, 2024. Disponível em: [Introduction to Polycrisis Analysis Guide](#). Acesso: nov.2024.

- Krenak, A. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Lawrence, M.; Shipman, M.; Janzwood, S.; Arnscheidt, C.; Donges, J.; Homer-Dixon, T.; Otto, C.; Schweizer, P. J.; Wunderling, N. (2024). *Polycrisis Research and Action Roadmap*: Gaps, opportunities, and priorities for polycrisis research and action. Version 1.0. Cascade Institute. Disponível em: <https://cascadeinstitute.org/technical-paper/polycrisisroadmap/>. Acesso: out. 2024.
- Leff, E. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- Leff, E. *La apuesta por la vida. Imaginación sociológica e imaginarios sociales en los territorios ambientales del sur*. México: Siglo XXI editores, 2014.
- Márkaris, P. *La revuelta de las cariátides*. Buenos Aires: Tusquets, 2024.
- Mistral, G. Cuaderno de los Adioses. In: *Bendita mi lengua sea. Diario íntimo*. Edición de Jaime Quezada e Seix Barral, Biblioteca Breve. Santiago (Chile): Editorial Planeta Chilena S.A., [1956], 2002
- Morin, E.; Kern, Anne-B. *Terra-Pátria*. Porto Alegre : Sulina, 2003.
- Murphy, J.; Gard, R. *The deep-sea mining commodity frontier: blue economy agenda in the Pacific Ocean*. Disponível em: <https://www.academia.edu/2997-6006/2/1/10.20935/AcadEnvSci7520>. Acesso: out. 2024.
- My World. *The United Nations Global Survey For a Better World*. Disponível em: <https://about.myworld2030.org/>. Acesso: out. 2024.
- Oliveira, V. *Globo*. Um só Planeta. 13 de marzo. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2024/03/13/txai-surui-e-mais-tecnologico-protoger-o-rio-do-que-criar-uma-maquina-para-limpar-depois-isso-e-tecnologia-ancestral.ghtml>. Acesso: nov. 2024.
- ONU. *Datos, estadísticas y recursos institucionales para el seguimiento de la Agenda 2030*, s/d. Disponível em: <https://agenda2030lac.org/estadisticas/monitoreo-estadistico-regional.html>. Acesso: nov. 2024.
- ONU. *El Pacto para el Futuro*. Resolución aprobada por la Asamblea General el 22 de septiembre de 2024. Disponível em: <https://docs.un.org/es/A/RES/79/1>. Acesso: out. 2024.
- ONU. *Los ODS en América Latina y el Caribe*: Centro de gestión del conocimiento estadístico, s/d. Disponível em: <https://agenda2030lac.org/estadisticas/index-es.html>. Acesso: nov.2024.
- Oviedo, A.; Doblas, J. *As Florestas precisam das pessoas*. ISA (Instituto Socioambiental), São Paulo, 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/m9d00064.pdf>. Acesso: dez.2024.
- Palermo, L. Nenhum país deve cumprir todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU até 2030. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2025/03/12/nenhum-pas-deve-cumprir-todos-os-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentvel-da-onu-at-2030-diz-estudo.ghtml>. Acesso: mar.2025.
- Pamuk, O. *Istambul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Porto-Gonçalves, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- Price, R. Prólogo ao livro *Réquiem por un sueño*, 1978, p. 5. Disponível em: Lectulandia. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/441101145/Requiem-por-un-sue-no-Hubert-Selby-Jr-pdf>. Acesso: out. 2025.
- Ricoeur, P. *El conflicto de las interpretaciones. Ensayos de hermenéutica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- Rostow, W. W. [1960] (2017). *The Stages of Economic Growth: a non-communist manifesto*. Connecticut: Martino Fine Books, [1960], 2017.
- Sachs, I. *Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- Selby Jr. H. *Réquiem por un sueño*. Lectulandia, 1988. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/441101145/Requiem-por-un-sueno-Hubert-Selby-Jr-pdf>. Acesso: out. 2024.

Smyth, J.; Chu, A.; Millard, R. *Tarifaço de Donald Trump provoca tumulto no setor de energia verde*. Financial Times, 7 de abril de 2025, texto publicado pela FSP em 8/04/25. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/tarifaco-de-donald-trump-provoca-tumulto-no-setor-de-energia-verde.shtml>. Acesso: abr.2025.

Tresoldi, M. C. M. Nas margens, uma crítica: entrevista com Beatriz Sarlo. *Remate de Males*, Campinas, SP, v. 39, n. 1, p. 504–522, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8652047>. Acesso: abr. 2025.

Tooze, A. Chartbook #130 Defining polycrisis - from crisis pictures to the crisis matrix, 2022. Disponível em: <https://adamtooze.substack.com/p/chartbook-130-defining-polycrisis>. Acesso: abr. 2025.

Viana, D. O acordo mais eficiente. Entrevista com José Eli da Veiga. In: *Valor Econômico*, Caderno Eu &, p. 9, 11 de abril de 2025.

World Risk Report 2024. World Economic Forum, Geneva, 2024: Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2024.pdf. Acesso: nov. 2024.